

**HABEAS CORPUS Nº 514.832 - SP (2019/0166207-4)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
LUÍS CÉSAR ROSSI FRANCISCO - SP227133  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : RODRIGO FERREIRA DE SOUSA

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RODRIGO FERREIRA DE SOUSA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido na Apelação n.º 1500262-58.2016.8.26.0536.

Consta dos autos que o Paciente, em primeira instância, foi condenado à pena de 1 (um) ano, 11 (onze) meses e 10 (dez) dias de reclusão, no regime inicial semiaberto, mais 194 (cento e noventa e quatro) dias-multa, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, pois trazia consigo e mantinha em depósito, para venda e entrega a terceiros, 160 porções de maconha, com 412g, mais 624,4g da mesma substância, 138 flaconetes de cocaína, com 35,1g, mais 87,3g da mesma substância, 60 frascos com inalante lança perfume e um galão com 20 litros da mesma substância, petrechos utilizados para o acondicionamento dos entorpecentes, caderno com anotações do tráfico e R\$ 1.225,00 (mil, duzentos e vinte e cinco reais) em espécie.

O Tribunal estadual deu provimento ao recurso interposto pela Acusação para afastar a minorante prevista no § 4.º do art. 33 da Lei n.º 11.343/2006, readequando a pena definitiva em 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, no regime inicial fechado, mais 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa.

Nas razões do presente *writ*, sustenta a Defensoria Pública que o Paciente faz jus à redutora prevista no § 4.º do art. 33 da Lei n.º 11.343/2006, porquanto "*a quantidade e natureza da droga apreendida não constituem requisitos para aplicação ou quantificação da minorante*" (fl. 7), além de ser inidônea a exigência de trabalho lícito contemporâneo ao fato. Argumenta a adequação do regime inicial aberto, bem como a possibilidade de substituição da pena reclusiva por restritivas de direitos.

Requer, liminarmente, que seja permitido ao Paciente aguardar o julgamento do presente feito em liberdade. No mérito, a aplicação da causa de

diminuição prevista no art. 33, § 4.º, da Lei n.º 11.343/2006 no patamar máximo, alterando-se o regime prisional para o início do cumprimento da pena e a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

É o relatório. Decido o pedido urgente.

Não está configurado um dos pressupostos autorizadores do acolhimento da pretensão liminar, qual seja, o *fumus boni iuris*, pois o direito invocado pela Parte Impetrante não é de reconhecimento que se mostra prontamente inequívoco.

Isso porque a quantidade e a qualidade da drogas apreendidas não se mostram, em um juízo preliminar, irrelevantes e são circunstâncias idôneas para a exasperação da pena-base, bem como para o estabelecimento do regime inicial mais gravoso para o cumprimento da reprimenda. Lado outro, segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a existência de ações penais em curso, embora não possam ser utilizadas como maus antecedentes, é fundamento suficiente para afastar a incidência da minorante do tráfico privilegiado – motivação presente no acórdão impugnado ("*o réu responde por idêntica prática, chegando a ser mantido sob custódia, por certo lapso, como decorrência disso, o que basta a impedir a aplicação da benesse da lei especial*" – fl. 48).

Assim, em uma primeira análise, constato que a espécie não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicularem situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a instrução completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, notadamente sobre a situação carcerária do Paciente, e ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que deverão vir acompanhadas da chave de acesso para consulta dos andamentos processuais na página eletrônica, caso seja necessária.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

